

STIGLITZ, J. E. (2002). *A globalização e seus malefícios — A promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 327 p.

*Wagner Lopes Sanchez**

A temática da globalização, apesar da grande quantidade de estudos existentes a respeito, ainda continua sendo relevante para a compreensão da realidade mundial. Se muito foi escrito, ainda há diversas frentes a serem exploradas para lançar luzes sobre os mecanismos utilizados pelo processo de globalização desenvolvido nos dias atuais.

Nos últimos anos, as principais críticas ao processo de globalização da economia têm sua origem nos intelectuais e lideranças da sociedade civil localizados no campo da oposição ao atual modelo econômico.

A obra de Joseph E. Stiglitz tem uma peculiaridade por nos revelar os bastidores da globalização e por ser ele alguém que não pode ser identificado como oposição.

Stiglitz é doutor em economia, Prêmio Nobel de Economia em 2001 e atualmente professor na Universidade de Columbia, EUA. Foi chefe do Conselho de Consultores Econômicos do governo Bill Clinton e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial. Pelas funções que

* Wagner Lopes Sanchez é doutor em ciências sociais pela PUC-SP, professor na Faculdade São Luís, na PUC-SP e no Instituto de Teologia da Diocese de Santo André, SP.

exerceu, tanto no governo Clinton quanto no Banco Mundial, a sua análise do processo de globalização tem a perspectiva de quem acompanhou de perto a trajetória de construção do atual modelo econômico.

Diante do processo de globalização, o autor assume uma posição crítica, apontando justamente para uma das conseqüências negativas deste: *Apesar das repetidas promessas de redução dos índices de pobreza feitas durante a última década do século XX, o número dos que vivem na miséria efetivamente aumentou e muito. Isso ocorreu ao mesmo tempo que a renda total do mundo elevou-se, em média, 2,5 por cento ao ano* (p. 32).

O autor começa a sua obra analisando, num primeiro momento, a atuação das instituições financeiras mundiais (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) que controlam a globalização e as promessas feitas por elas. Para ele, a globalização não conseguiu a tão prometida redução da pobreza e nem conseguiu garantir a estabilidade da economia mundial. Neste sentido, Stiglitz utiliza os exemplos das crises da Ásia e da América Latina para mostrar a vulnerabilidade do modelo. Ele critica as políticas do FMI, encarregado de assegurar a estabilidade econômica global,¹ dizendo que estas estão fundamentadas na crença *obsoleta de que os mercados, por si só, geram resultados eficientes* (p. 14) e de que os governos têm um papel nefasto e que por isso devem ter as suas funções bastante reduzidas.

O autor dedica grande parte da sua análise das instituições globais discutindo o papel do FMI da condução das medidas de ajustes impostos aos países pobres. Se até a década de setenta o FMI tinha o conceito de que, em geral, os mercados funcionavam mal, a partir da década de oitenta essa instituição passa a defender a supremacia do mercado. Essa mudança coincide com a defesa do livre mercado pelos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, nos EUA e na Inglaterra. A partir de então, o Estado passa a ser visto como problema e os mercados como solução para a adoção de medidas econômicas.

Stiglitz alimenta a confiança de que as duas instituições — FMI e Banco Mundial — poderiam ter fornecido às nações pobres outras alternativas diferentes daquelas adotadas. A razão disso, segundo ele, é que o FMI e o Banco Mundial têm atuado como instrumentos dos países ricos, representados no G-7, negando o caráter público delas (p. 39).

1. Enquanto o FMI tem a função de garantir a estabilidade financeira mundial, o Banco Mundial tem a função de erradicar a pobreza.

Stiglitz aponta quatro problemas inerentes à globalização atual. O primeiro é a questão da liberalização dos mercados. Para ele, não há nenhuma prova de que essa medida promova o crescimento econômico (p. 43).

O segundo, segundo Stiglitz, é aquele que diz respeito aos programas de ajustes estruturais. Para ele, esses programas não estimularam o crescimento econômico dos países onde foram adotados.

O terceiro é o que se refere à questão do controle das instituições que procuram imprimir a direção ao processo de globalização. Tanto o FMI como o Banco Mundial são controlados pelos interesses comerciais e financeiros dos países mais ricos do mundo. Aqueles que imprimem orientação ao FMI e ao Banco Mundial são os ministros de finanças e diretores dos bancos centrais dos países ricos vinculados à comunidade financeira internacional.

O quarto problema é aquele relativo às promessas propagadas pela globalização neoliberal. Stiglitz examina com detalhes o caso da Etiópia que resistiu à exigência do FMI de abrir o seu sistema financeiro. Ele descreve a sua atuação no sentido de convencer o Banco Mundial a fazer empréstimos à Etiópia e de pressionar o FMI para mudar a sua posição diante daquele país. Para o autor, a conduta do FMI era decorrente da sua posição de não aceitar exercer o papel de simples consultor. O FMI admite apenas o papel central de formulação de políticas para os países pobres.

A essa posição do FMI, o autor apresenta alternativas restritas ao quadro do que ele chama de *programas que podem envolver um razoável nível de sacrifício, que não são baseados em fundamentalismo de mercado* (p. 65). O caso apresentado por Stiglitz como exemplo é o de Botsuana que rejeitou o receituário do FMI, não aceitou a ingerência dele e conseguiu sucesso graças à existência de um consenso político no país. Foram os consultores do Banco Mundial — e não os do FMI — que contribuíram para que o governo de Botsuana elaborasse um programa econômico adequado.

Os casos de Botsuana e de outros países da África — Etiópia, Quênia, Uganda —, para o autor, confirma a sua tese de que o FMI, com suas políticas conservadoras, tem posições bem diferenciadas das políticas aplicadas pelo Banco Mundial que, segundo ele, procura respeitar a autonomia dos diversos países com os quais trabalha. Stiglitz

atribui essa posição à ideologia que orienta as ações do FMI: o fundamentalismo de mercado que não leva em conta as especificidades microeconômicas dos países, que impõe condições contratuais que limitam o desenvolvimento e que elimina a possibilidade de adoção de medidas alternativas àquelas estabelecidas pela instituição:

As queixas contra a imposição de condições pelo FMI estendiam-se além das condições em si e do modo como eram impostas, mas eram direcionadas também à maneira como se chegava a elas. O procedimento-padrão do Fundo, antes de visitar um país cliente, é preparar primeiro a minuta de um relatório. (...) Na prática, tal minuta é, em geral, aquilo que se conhece como uma matriz, com parágrafos inteiros sendo copiados do relatório de um país e inseridos no relatório de outro (p. 77).

Todos esses casos foram acompanhados de perto pelo autor e serviram para reafirmar a sua visão a respeito das grandes diferenças entre as concepções ideológicas das instituições referidas e, decorrente disso, entre as suas práticas.

Outros aspectos que merecem atenção do autor são dois dos pilares das recomendações do Consenso de Washington, nas décadas de oitenta e noventa: privatização e liberalização (p. 85).²

Ele faz críticas à conduta do FMI quanto a esses dois pilares não tanto por uma questão de mérito, mas por conta da forma como essas medidas eram impostas pela instituição e da rapidez exigida para a aplicação delas. Tanto no caso da privatização quanto da liberalização, o FMI exige uma rapidez que não possibilita aos diversos países a criação de condições necessárias para a sua implantação sem que isso traga conseqüências negativas ao seu desenvolvimento econômico.

Segundo Stiglitz, as conseqüências negativas da privatização sem cautela atinge não só os consumidores em geral, mas também os trabalhadores, trazendo, sobretudo, impacto negativo sobre o emprego. A privatização extingue postos de trabalho ao invés de gerar novos, como os defensores da privatização propagam.

Para os países ricos é a liberalização do comércio o aspecto central que interessa quando se fala em liberalização. Os efeitos da rápida libe-

2. Um outro pilar das recomendações do Conselho de Washington indicado por Stiglitz é a austeridade fiscal.

realização do comércio dos vários países onde foram aplicadas as políticas do FMI trouxeram fortes danos sobre as economias dos países pobres. Novamente, o desemprego aparece como um dos aspectos que também sofre grande impacto por causa da liberalização do comércio. A exigência feita de liberalização das fronteiras comerciais dos países pobres tem como contrapartida a imposição de diversas barreiras alfandegárias colocadas pelas elites empresariais dos países ricos.

A crítica de fundo que Stiglitz faz a esses dois aspectos do Consenso de Washington tem por trás uma crítica à própria abordagem do Consenso e ao FMI: as políticas adotadas não pressupõem mudanças nas sociedades onde serão implementadas.

Uma outra crítica de Stiglitz consiste no fato de que essas políticas *importaram-se muito pouco com as questões de distribuição de renda ou de 'justiça social'* (p. 113). O argumento utilizado por aqueles que defendem as medidas do Consenso de Washington é que o crescimento da economia trará inevitavelmente a distribuição de riquezas: é a economia de cascata. Stiglitz afirma que a economia de cascata nunca passou de uma simples crença e que, por isso, até agora ela tem apresentado resultados para as elites dos países ricos. Ele chega a dizer que muitos itens que não foram incluídos no Consenso de Washington poderiam trazer vantagens para os países pobres: a implantação da reforma agrária e a regulamentação do mercado financeiro, ao contrário da propagada liberalização, poderiam criar as condições necessárias para o desenvolvimento desses países.

O fundamentalismo de mercado defendido pelo FMI — e pelo próprio Consenso de Washington — ao mesmo tempo que tem uma visão otimista do mercado, tem, como contrapartida, uma visão pessimista do governo. São as duas faces da mesma moeda que é o neoliberalismo: Estado e Governo opõem-se ao mercado. Sendo que o mercado é visto como a chave do modelo, Estado e Governo são demonizados como a grande ameaça à garantia de liberdade do mercado.

Nos capítulos 4, 5 e 6 Stiglitz estuda detidamente dois temas importantes para a compreensão das práticas da política do FMI: a crise do Leste Asiático, em 1997, e o caso da Rússia que, depois da crise de 1989, viu-se envolvida na maior mudança estrutural da sua história com a adoção da economia de mercado. Esses dois casos estudados são iluminados por todo o referencial teórico apresentado nos três primei-

ros capítulos em que ele discute a consistência e os limites das políticas desenvolvidas pelo FMI.

A análise do caso da Rússia e a forma como o FMI encaminhou as suas políticas naquele país permitem ao autor apontar os vínculos estreitos desse organismo com os interesses do governo norte-americano, na época representados pelo Departamento do Tesouro do governo Clinton. Os interesses políticos que o governo norte-americano tinha na manutenção de Boris Yeltsin no poder foram a mola mestra que orientaram as medidas impostas pelo FMI:

Estando por tanto tempo ao lado daqueles que governavam quando a enorme desigualdade foi criada por meio desse processo corrupto de privatização, os Estados Unidos, o FMI e a comunidade internacional associaram-se indelevelmente a política que, na melhor das hipóteses, promoviam os interesses dos ricos à custa do cidadão russo comum (p. 213).

As lições dos Estados Unidos — e defendidas pelo FMI — sobre privatização e liberalização do comércio com muita rapidez, trouxeram conseqüências danosas à economia russa e não permitiram atingir as condições tão propaladas pelo governo norte-americano e tão esperadas por setores da sociedade russa.

A análise de Stiglitz está limitada à sua crença no mercado, apesar das suas críticas ao fundamentalismo de mercado e às medidas do FMI. O caso da China é um exemplo utilizado pelo autor como contraponto ao caso da Rússia. A China adotou outro caminho até o mercado. A China construiu as bases de uma nova economia utilizando as instituições já existentes. As medidas adotadas pelo governo chinês foram exatamente o oposto daquelas medidas exigidas pelo FMI, mas estavam de acordo com os gradualistas.

Segundo Stiglitz, há um conflito entre o objetivo original do FMI — garantir a estabilidade global — e o objetivo de atender aos interesses da comunidade financeira internacional. E essa tensão é a responsável pelas crises que as políticas praticadas pelo FMI geram nos países pobres. Na prática foi acrescentado ao FMI um novo mandato que até agora tem sido acobertado: atender aos interesses dos grupos financeiros globais ao invés de atender aos econômicos globais. É isso que explica o comportamento do FMI com relação aos países vítimas de suas políticas:

os bilhões de dólares que ele fornece são utilizados para manter as taxas de juros a níveis insustentáveis por um curto período de tempo, durante o qual os estrangeiros e os ricos são capazes de tirar o seu dinheiro do país em termos mais favoráveis (por meio dos mercados de capitais abertos que o FMI impôs aos países) (p. 256).

Para Stiglitz, os grandes problemas gerados, hoje, pelo processo de globalização não são próprios dela, mas, ao contrário, da forma como esse processo está sendo desencadeado. E, para ele, parte do problema está nas diretrizes que orientam as instituições econômicas internacionais — FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio — que atuam em consonância com os interesses das elites dos países ricos.

Na perspectiva do autor, o caminho para criar as condições necessárias para que a globalização funcione é uma mudança na sua *governança*. Para isto, é necessário tornar as instituições globais efetivamente públicas, garantindo que nas suas estruturas internas os diversos países tenham poder de decisão e de ação. E o próprio Stiglitz reconhece que, nas condições que estão dadas atualmente, isso dificilmente acontecerá.

Stiglitz propõe sete mudanças (pp. 287-291) para uma reforma do sistema financeiro internacional. Entre elas estão: reconhecimento dos perigos da liberalização do mercado de capitais; menos confiança em conjuntos de medidas que propõem o socorro às economias em crise; uma regulação bancária mais eficaz tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos e criação de redes de segurança social capazes de dar maiores condições de vida às populações dos países pobres nos momentos de crise.

A crítica de Stiglitz ao processo de globalização que já é sinalizada no título do livro — *A globalização e seus malefícios* — ganha maior importância por duas grandes razões: por ter ele transitado nos bastidores da globalização e exercido cargos importantes que lhe forneceram condições de compreender os mecanismos presentes no atual modelo, e por ter posições teóricas que não são de oposição à economia de mercado. As críticas de Stiglitz, como o livro demonstra muito bem, centram-se, sobretudo, nos resultados do processo de globalização. Por isso, o livro está recheado de casos, que ele acompanhou muito bem, e que comprovam a sua análise.